

A CIDADE DE OSASCO: JOC (JUVENTUDE OPERÁRIA CATÓLICA), ACO (AÇÃO CATÓLICA OPERÁRIA), JUC (JUVENTUDE UNIVERSITÁRIA CATÓLICA) NO MOVIMENTO OPERÁRIO (1960-1970)

Paulo Sérgio de Jesus*

Este texto é produto de uma pesquisa e de uma reflexão que estão sendo realizadas sobre configurações firmadas por grupos da Igreja Católica de Osasco - Santo Antônio e Imaculada Conceição - com os operários das metalúrgicas deste município no início da década de 1960 e final de 1970, tendo como objetivo a elaboração da dissertação para curso de mestrado que estou realizando na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Osasco é um município que se localiza na região oeste da Grande São Paulo. Neste espaço, há o rio Tietê, que o margeia; as rodovias Castelo Branco e Raposo Tavares em suas extremidades; a ferrovia que corta a sua região central e a avenida dos Autonomistas, via de acesso à cidade de São Paulo.

A cidade de Osasco possui parte de seu espaço geográfico ocupado por escolas, hospitais, moradias, indústrias, comércio e a sede do Banco Bradesco S/A . Tanto o parque industrial quanto o comercial encontram-se na região central deste município.

As indústrias e o comércio de Osasco constituem uma das forças responsáveis pelo crescimento da cidade e pela pobreza – caminhos que possivelmente foram criados em parte pelo crescimento da procura de emprego, tanto por trabalhadores da própria cidade quanto dos municípios vizinhos.

A pobreza observada em Osasco faz com que os mais diferentes grupos da sociedade, como, por exemplo, as pastorais católicas, caminhem em defesa dos explorados ou contra eles e a favor do sistema político estabelecido no país. Nesta prática, grupos da Igreja Católica surgem na qualidade de sujeitos sociais, tanto de ataque como de defesa ao capital que se impõe sobre a força de trabalho. Tal atitude da Igreja Católica ocorre pelo fato de ela não ser um bloco monolítico no agir e pensar, ou seja, possui idéias diferentes e se posiciona de diversas formas na sociedade.

Dentro dessa realidade de exploração e miséria – vivida por muitos brasileiros –, alguns grupos da Igreja Católica de Osasco, como as pastorais, aparecem envolvidos

em atividades que visam à recuperação daquelas pessoas que vivem hoje em situação miserável ou fora do mercado de trabalho. O trabalho vem ao encontro da campanha “A Fraternidade e o Desemprego”, lançada no ano de 1999 pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, cujo tema foi o desemprego como problema central do novo milênio. A proposta trouxe de volta a tríplice mediação da Teologia da Libertação (TdL): “ver”, “julgar” e “agir”.

As ações de setores católicos do Brasil junto à classe trabalhadora - o que pode ser observado no interior da Igreja Católica de Osasco, mais precisamente nas Igrejas Santo Antônio e Imaculada Conceição no período do início dos anos 1960 e final dos anos 1970 - são fruto do processo que foi se construindo, sofrendo transformações tanto por parte dos grupos católicos quanto do próprio movimento operário, de acordo com as condições históricas e seu devir. Porém, para melhor entender, é preciso mergulhar em seu passado e emergir com seu movimento, dentro de suas condições vividas; suas liturgias, suas ações no cotidiano em curso e suas interações com outros sujeitos sociais.

Nesse período, as liturgias católicas buscavam o homem concreto no seu meio, com seus problemas, com suas culturas, procurando impor-se ao “fantasma” do comunismo, que buscava expandir sua influência na população. Era tempo em que grupos da Igreja explicitavam suas diferenças ideológicas, seus momentos de aproximação e distanciamento com a esquerda política, cujo objetivo estava em criar a Igreja para os pobres. O “ver, julgar e agir” aparecia como palavra de ordem e unificação da Igreja com os movimentos sociais que visavam à transformação do sistema político através da luta contra o governo militar, tendo o apoio do Papa Paulo VI após o encontro do clero latino-americano em Medellín no ano de 1968.

A Ação Católica Operária (ACO), uma das pastorais da Igreja Católica, fundada em 1962 e que crescera ao longo de 1963, apresentava-se empenhada firmemente na campanha pelas reformas de base propostas pelo governo de João Goulart. Tinha a preocupação de aprofundar a fé dos militantes engajados em atividades nas favelas e nos sindicatos. Com atuações firmes, mais explícitas após o golpe militar em 1964, a ACO levantou a bandeira de luta ao lado da classe operária que resistia à sua exploração. A ACO assumiu a tarefa de denunciar as injustiças e perseguições, de clamar contra o desemprego, o arrocho salarial, a fome e a falta de liberdade. A luta ocorreu em um momento em que as lideranças e os sindicatos estavam com suas vozes reprimidas pelo governo, o que viabilizou ainda mais a atividade em prol do povo.

Em Osasco, no início da década de 1960, a Frente Nacional do Trabalho (FNT), com apoio da Juventude Operária Católica (JOC) e da Juventude Universitária Católica (JUC), realizava seu trabalho junto aos operários. Isso era feito através de palestras sobre a legis-

lação trabalhista, discussão sobre a vida do trabalhador, problemas das fábricas. Tudo era possível muitas vezes em função da existência de militantes nas fábricas que convidavam os colegas para participarem de shows, festas promovidas pela igreja e cursos de alfabetização para adultos. Com isso, alguns operários que freqüentavam a paróquia passavam a assistir às reuniões.

Inicialmente, esse grupo empenhava-se em conquistar novos militantes nos bairros que tinham maior influência, especialmente no Km 18 - onde se localiza a Igreja Imaculada Conceição - e em Comandante Sampaio. Todavia, o maior êxito foi na fábrica Cobrasma, local que estimulou a democratização da vida sindical. Dadas as suas características como organização inspirada numa filosofia cristã, sua orientação era antes a de estimular a capacidade para a autodecisão, especialmente no que se referia aos problemas internos da empresa. Isto não significa que renunciasse a exercer influência. Pelo contrário, buscava sempre atrair os operários através de atividades culturais e de discussões sobre reivindicações. Esse momento de lazer servia para incorporar temas que estavam ligados à vida do operário, como, por exemplo, o desemprego, o que possibilitava algumas participações.

Em 1963, em Osasco, ocorreu a primeira eleição do Sindicato dos Metalúrgicos da cidade, tendo a FNT em posição de reivindicar sua participação na diretoria que estava nascendo. Todavia, a legalidade do sindicato caiu com o golpe militar no ano de 1964, pois o novo governo desarticulou todas as instituições sindicais. Ao mesmo tempo, era aprovado o primeiro Programa de Ação Econômica do Governo. O plano visava à imposição de uma severa política de crédito ao setor privado; redução do déficit governamental e uma “nova” política salarial.

O ano de 1963 foi também o da organização da comissão de fábrica semiclandestina. O apoio veio com Albertino de Souza Oliva, no ano de 1962, que era chefe de pessoal na Cobrasma e coordenador da campanha de construção da Igreja Matriz, espaço em que militantes da FNT promoviam seus encontros, pregando a necessidade de criar uma comissão de trabalhadores para “dialogar” com os patrões sobre a situação da empresa. Com a comissão de fábrica operando próximo ao meio de trabalho e ao patronato, com sua formação democrática cristã, fruto da FNT, este comitê alcançou o sindicato.

Nesse período, a Igreja estava dividida em torno da liturgia do Concílio Vaticano II, entre o trabalho com os pobres, feito pelos católicos ligados a questões sociais, e o dos considerados conservadores, que apoiavam os governos que buscavam o suposto crescimento nacional e o controle sobre os movimentos sociais da América Latina. Dentro das incertezas, a Igreja Católica do Brasil procurava controlar seus conflitos internos e intervir nas ações dos diferentes grupos.

Ainda no ano de 1964, antes do golpe militar, os padres da região realizaram uma assembléia na cidade de Barueri. Na reunião, foi elaborada uma proposta de trabalho para os agentes católicos que viviam no meio operário.

Diante das turbulências sociais, a comissão semilegal da Cobrasma, unida com os trabalhadores, conquistou no ano de 1965 o direito de realizar a primeira eleição de comissão de fábrica, tendo na FNT a força mais influente no meio dos operários. A eleição aconteceu de acordo com o que estava previsto: a FNT elegeu a maioria de seus membros, e foi a representante nas negociações entre empregados e patronato.

Nesse ano, a lei n.º 4725, aprovada em 13 de julho, estendeu o controle do governo federal sobre as negociações salariais dos setores privados, impondo compressão nos aumentos, o que ficou conhecido como arrocho. Tal mudança na política salarial determinou o estancamento das atividades de alguns sindicatos, que, apesar do peleguismo e do controle do Estado, conseguiam encontrar mecanismos para as negociações com o patronato, minimizando assim a desvalorização do salário.

O governo militar, que a princípio recebeu suporte de parte do clero da Igreja Católica, não desfrutava da mesma situação. Grupos católicos aproximavam-se cada vez mais do povo e da oposição, o que se refletia em insubordinação e, conseqüentemente, em ações repressivas do Estado em relação a estes militantes. As práticas repressivas acentuaram ainda mais o desgaste entre a Igreja e o poder político, levando o clero que se alinhava ao governo a silenciar o seu apoio.

Com as agitações políticas, grupos católicos intensificaram sua indignação mediante a violência empregada contra seus membros e parte do povo, contestação mostrada principalmente nos movimentos do ano de 1968.

Embora o período não favorecesse os atos de reivindicações sociais, o trabalho que visava à organização do movimento operário de Osasco não parou na formação da comissão de fábrica, pelo contrário, continuou em 1967, ano em que surgiu a possibilidade de mudança na organização sindical.

Para os operários de Osasco, o ano de 1967 apresentou uma brecha na estrutura de opressão dentro das fábricas e a possibilidade de formar uma nova ordem sindical. Foi o ano da eleição do sindicato, que, diante da importância, induziu membros da comissão da Cobrasma, representantes de comitês clandestinos, da FNT e independentes a formarem uma chapa para concorrer na eleição sindical. Em julho de 1967, aconteceu a eleição, cujo resultado foi a vitória da chapa Verde, tendo José Ibrahim alcançado a presidência do sindicato local.

Entre os meses de setembro e outubro de 1967, a nova direção do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco participou de uma reunião com outros dirigentes sindicais para

discutir novos métodos de combate ao arrocho salarial. Da reunião nasceu o Movimento Intersindical Antiarrocho Salarial (MIA), cujo objetivo era fazer frente à política salarial imposta pelo governo. Porém, em novembro de 1967, ocorreu o dissídio coletivo dos metalúrgicos, que proporcionou uma correção de somente 17% dos 51% de reajuste pleiteados, aumentando ainda mais a insatisfação dos operários.

As relações entre o governo e os grupos sociais tiveram as suas diferenças e hostilidades intensificadas a cada momento. Além das manifestações estudantis, o Estado enfrentava a oposição de outros setores da sociedade, que se organizavam em peças teatrais questionadoras da política, músicas de protesto e em grupos de guerrilhas que visavam à queda do governo. Em abril de 1968, os metalúrgicos de Contagem ocuparam a fábrica; era a primeira greve de grande impulso desde 1964. Essa atuação trabalhista estendeu-se para uma manifestação planejada pelos sindicatos de São Paulo, a qual foi realizada no dia 1º de maio de 1968. Foi o dia em que um contingente de trabalhadores interrompeu um comício na praça da Sé, escorraçando do palanque os locutores e personalidades oficiais – inclusive o governador de São Paulo, Abreu Sodré – fazendo desse momento uma manifestação contra a política econômica do país.

O mês de maio de 1968 apresentava-se com forte poder de manifestação trabalhista. Em clima de tensão e insatisfação com a política salarial do país, os operários da cidade de Osasco davam indícios de seus primeiros passos para a articulação da segunda grande greve no governo militar. Em maio de 1968, os operários da fábrica Barreto-Keller reivindicaram aumento salarial, sendo que seu pedido foi ouvido, recebendo a promessa de ser atendido no final do mês. Entretanto, no dia do pagamento, o aumento contemplou os salários de alguns trabalhadores, provocando uma paralisação que foi organizada por um núcleo clandestino. A atuação alimentou ainda mais a construção de uma greve dos metalúrgicos de Osasco e, assim, o plano deixou o papel e começou a tomar forma.

Diante da insatisfação dos metalúrgicos de Osasco, e dos sucessos que obtiveram na greve de Contagem e na manifestação de 1º de maio na praça da Sé, o sindicato, as comissões de fábrica legais ou clandestinas, os operários independentes, os militantes de ordens religiosas e a esquerda armada e estudantil planejaram a greve que se iniciou na Cobrasma. Dentro da fábrica, cada grupo foi responsável por uma ação na ocupação: a segurança da periferia, a ocupação dos portões, a comida, a tomada do PABX, entre outras práticas.

Militantes de diversas pastorais, tais como ACO, JOC e o padre-operário Pierre Joseph Vauthier, estavam empregados nas firmas com os operários de Osasco e fazendo parte do núcleo da categoria metalúrgica. A greve em Osasco foi deflagrada com a articulação dos diferentes grupos sociais ligados ao trabalho metalúrgico.

No dia 16 de julho de 1968, os operários da Cobrasma, às 8h30, após o toque da sirene de entrada e saída, pararam as máquinas e deram início à greve. A Braseixos, empresa vizinha, parou imediatamente e logo em seguida a greve alcançou a Barreto-Keller, a Lonaflex, a Fósforo Granada e a Osran.

O protesto contra o arrocho salarial que os metalúrgicos de Osasco desencadearam provocou articulações imediatas dos patrões e militares ligados ao governo, que se organizaram para pôr em ação o aparelho repressivo do Estado.

A greve tomou proporções maiores, o aparelho repressivo se impôs nas fábricas, nas ruas, enfim, em todo espaço possível para reprimir e desarticular a ação grevista. Naquele momento, setores da sociedade local e de todo o país começaram a se posicionar diante do conflito.

Agentes da Igreja que trabalhavam nas fábricas ou que conviviam com os operários através de reuniões e que participavam ativamente da greve sentiram o poder do aparelho repressivo, o que se refletiu em prisões. A polícia prendeu dezenas de operários reunidos no sindicato e outros que estavam no pátio do convento da matriz Santo Antônio, inclusive o padre Antonio de Almeida Soares, assistente da JOC da Arquidiocese de São Paulo. Outro padre, Pierre Joseph Vauthier, operário de umas das indústrias em greve, foi detido nas proximidades da fábrica em que trabalhava.

Apesar da violência, certos padres das igrejas de Osasco e das cidades vizinhas, que se identificaram com o movimento, não se intimidaram e participaram ativamente na greve. Os púlpitos, espaço usado para o sermão dominical, foram concedidos aos fiéis para que relatassem os acontecimentos.

Padres ligados à JOC e à ACO emitiram um manifesto contrário à política econômica e favorável ao movimento operário.

A greve chamou a atenção dos bispos, que, reunidos no Rio de Janeiro para a 9ª Assembléia Geral da CNBB, enviaram para Osasco o bispo Dom Romeu Alberti para ver a situação. Impressionado com a realidade dos trabalhadores, o bispo fez um relato pormenorizado no plenário da Assembléia, o que resultou em um manifesto de indignação ao governo e apoio ao movimento, documento este elaborado por alguns bispos.

O cardeal Dom Agnelo Rossi colocou-se como interventor da prisão do padre-operário Pierre Joseph Vauthier e mediador das negociações entre os operários e a Delegacia Regional do Trabalho.

O resultado desta greve acabou sendo o reajuste salarial para os operários, demissões, cassações de sindicalistas, prisões, expulsão do padre operário Vauthier e a intervenção do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco. Após todos os conflitos da greve de Osasco, parte dos sacerdotes católicos do Brasil fortaleceu a proposta de uma Igreja para os po-

bres; isto ocorreu através da Teologia da Libertação, liturgia que surgiu no ano de 1968 na cidade de Medellín. Foi o ano que o governo militar colocou em vigor o Ato Institucional nº 5, o que consolidou o aparelho de repressão e a abertura de “caça às bruxas”.

O país não foi somente tocado pelo ato repressivo, mas também por uma política de crescimento que continuava atingindo de várias formas toda a sociedade nacional. O período chamado de “milagre”, 1969 a 1973, caracterizou-se por meio de um crescimento econômico considerável e pelas taxas relativamente baixas de inflação. O PIB alcançou em média no ano 11,20%. Para isso, o governo interferiu em uma extensa área, indexando salários, liberando créditos, isenções de tributos aos exportadores, entre outros critérios tomados para constituição do crescimento nacional.

A resistência do movimento operário no momento em que a política econômica piorava e a repressão tomava conta do país e tentava desarticular toda oposição ao governo exigiu a criação de canais alternativos de participação. A presença da Igreja, desde 1970, no meio operário, serviu para este propósito, como sujeito aglutinador de diversos grupos da sociedade. No caso de Osasco, essa presença junto ao movimento havia acontecido em 1968, com todo conflito interno e externo com os operários e demais sujeitos sociais.

Desse modo, as participações dos grupos católicos da Igreja no movimento operário trouxeram uma mútua influência, o que deu origem a um estilo de ação trabalhista oposto à linha sindical adotada pelos comunistas. Enquanto estes colocavam o sindicato como instrumento principal para fazer uma política de massas unitária, as oposições sindicais, juntamente com os agentes católicos, visavam ao trabalho de base, à formação de círculos operários fora da estrutura sindical, com núcleos ou grupos de fábricas, e nas comissões.

Com a instabilidade econômica, o Movimento do Custo de Vida, uma forma popular de protesto iniciada em 1973, alcançou o pico em 1977-1978. Com o sucesso, tornou-se mais um mecanismo utilizado pelos assalariados que estavam sofrendo com a crise nacional.

O movimento operário se intensificou juntamente com as manifestações contra o governo. Em Osasco, no ano de 1975, dava indícios da reorganização sindical dos metalúrgicos, característica observada por meio da formação de uma chapa composta por opositores e pela situação.

A reorganização da oposição sindical foi efetiva a partir de 1976, quando nasceu a chapa para a disputa da presidência do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco. Foi a primeira oposição a concorrer à eleição após a intervenção de 1968.

Apesar da abertura política lenta e gradual planejada pelo governo militar, a repressão foi mantida; todavia, a oposição crescia a cada momento. A Igreja Católica, juntamente com a Ordem dos Advogados do Brasil e outras instituições da sociedade civil, contestou

a legitimidade do governo militar, reconquistando assim a capacidade de opinar quando o presidente Geisel resolveu aplicar seu projeto de liberalização.

A estrutura sindical posta pelo governo sofria pressão de sindicalistas atuantes. Em Osasco, a oposição liderada pelo caldeireiro José Pedro da Silva registrou uma chapa no dia 17 de dezembro de 1977.

No mês de fevereiro de 1978, aconteceu a eleição para a presidência do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco, sendo que o resultado garantiu a permanência da situação no poder.

A oposição ao governo e à estrutura sindical teve a participação de grupos católicos. A ACO, em seu relatório anual, analisou sua participação na eleição do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco. Segundo seu parecer, a atuação serviu para mobilizar e conscientizar os trabalhadores dos seus direitos como classe operária.

Apesar da derrota nas urnas, a oposição sindical e os agentes da ACO não deixaram seu trabalho; o dia 1º de maio de 1978 foi o momento em que ocorreu um ato unificado. Com o objetivo de fazer avançar a organização e as lutas dos trabalhadores frente à política do governo militar, a manifestação ocorreu na Igreja do Bonfim, em Osasco, às 15h, com participação de nove oposições sindicais e oito movimentos de assalariados.

A insatisfação do movimento operário de Osasco não seria canalizada só com essa manifestação, ao contrário, uma greve foi organizada. Após a greve da Saab-Scania em São Bernardo do Campo, um grupo de operários da Brown Boveri começou a organizar a greve que aconteceu no mês de junho de 1978. A greve estourou sem conhecimento dos dirigentes sindicais, sendo que no decorrer a diretoria do sindicato serviu como intermediária entre os empregados e os patrões.

Apoiado pelas manifestações dos operários que aconteciam no Estado de São Paulo, Henos Amorina, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco, juntamente com um grupo de sindicalistas “autênticos” - de Lula, João Paulo Vasconcelos, Arnaldo Gonçalves, entre outros - foi para Brasília para manifestar o desacordo com as reformas políticas do governo.

No momento de indignação com a política nacional, a diretoria sindical convocou a categoria para lutar pela reposição das perdas. Após a experiência positiva das greves de maio e junho de 1978, os sindicatos de São Paulo, Osasco e Guarulhos estavam decididos a recusar o dissídio coletivo estabelecido pela legislação trabalhista e resolver os impasses com os patrões.

As negociações iniciaram-se no salão nobre da FIESP, com a participação dos empresários, dirigentes sindicais e advogados, o que desde 1964 não acontecia sem a interferência do Ministério do Trabalho ou da Justiça do Trabalho. A reunião foi tensa, pois

não houve acordo entre empresários e dirigentes sindicais e isso afirmou ainda mais a constituição da greve.

Nas ruas, os membros do movimento do custo de vida de Osasco foram presos no dia 25 de outubro, quando convocavam a população para uma manifestação das panelas vazias. Essa manifestação visava ao questionamento da política nacional sobre a alta dos preços dos artigos básicos consumidos pelas famílias trabalhadoras.

No dia seguinte, os metalúrgicos de São Paulo, Osasco e Guarulhos, reunidos em assembleias, receberam com vaias as contrapropostas patronais. Em Osasco, além das vaias, houve mais protestos contra a prisão de José Pedro da Silva, líder sindical que havia participado da chapa de oposição e da greve no mês de junho. No caso da prisão do operário, a ACO elaborou e divulgou um manifesto independente com o título *Na Brown Boveri de Osasco, patrões estrangeiros desrespeitam as leis do Brasil*.

Na data de 27 de outubro de 1978, com o sindicato totalmente lotado, os trabalhadores decidiram recorrer à única arma, a greve. Logo em seguida, vários grupos por empresa se formaram, elegeram os metalúrgicos para uma comissão coordenada ou comando geral de greve e passaram a discutir como seria dentro das fábricas, a partir da zero hora.

Doze entidades oposicionistas e instituições ligadas à Igreja se organizaram e começaram a arrecadação de dinheiro e mantimentos para um fundo de greve. A decisão foi durante um ato público denominado “Luta operária de solidariedade”, realizado em Osasco, no salão paroquial da matriz Santo Antônio.

Entre os motivos da convocação do ato público, destacava-se o protesto contra o caso do caldeireiro José Pedro, operário que foi demitido, algemado e preso no dia 13 de outubro numa manobra dos patrões para afastá-lo da campanha salarial de 1978.

A greve aconteceu com grande tensão; o governo e os patrões se articularam favorecendo prisões de líderes grevistas, retirando o cartão de ponto da chapeira e dando carta de suspensão de dois dias para os grevistas, o que desobrigava os empresários a pagar os dias em greve.

O movimento grevista começou a perder força com a assinatura do acordo salarial entre os patrões e os sindicatos de São Paulo e Guarulhos. O acordo garantiu as bases dos empresários, o que desarticulou a paralisação e colocou em confronto a organização dos operários de Osasco, o patronato e o governo.

Diante do acordo assinado com outros sindicatos, os empresários e o governo ganharam forças; ao mesmo tempo, o movimento dos operários de Osasco sentiu suas resistências minadas. Sob ameaça de nova intervenção do sindicato, Henos Amorina falou aos operários sobre o momento que a greve vivia, o que obrigava a assinatura do acordo salarial.

O final da greve dos metalúrgicos de Osasco e da Grande São Paulo no ano de 1978 suscita questões. Trata-se, à primeira vista, de um movimento que busca conquistar o reconhecimento da sociedade para o direito de lutar contra o processo de exploração e acumulação de capitais.

Entre os sujeitos sociais que influenciaram o movimento operário, estavam os grupos da Igreja Católica. A participação desses militantes católicos pode ter transformado o movimento operário e também sofrido a transformação. No caso de Osasco em 1968, o movimento já demonstrava a tendência de se organizar a partir dos problemas das fábricas, sendo que nessa organização já havia a participação de grupos da Igreja Católica local.

Recebido em julho/2006; aprovado em setembro/2006.

Nota

* Mestrando do Programa de Estudos Pós-graduados em História da PUC-SP. E-mail: paulosergjes@bol.com.br